

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2025

CNPJ: 31.726.680/0001-59

ARQUIVO: BALANCETE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA – BALEXOD

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

A Câmara Municipal de Itapemirim, administração direta, tem sua sede estabelecida à Rua Adiles Andre, s/nº, Serramar, Itapemirim – ES, adota de acordo com a Constituição Federal, princípios de soberania popular e de representação, segundo os quais o poder político pertence ao povo e é exercido em nome deste por órgãos constitucionalmente definidos. As demonstrações apresentadas abrangem apenas o Poder Legislativo do Município de Itapemirim, portanto, não se refere a toda a Administração Pública Municipal.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as regulamentações da Secretaria de Tesouro Nacional e demais disposições vigentes.

3. INFORMAÇÕES RELEVANTES NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS:

BALANCETE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – BALEXOD

ORÇAMENTO AUTORIZADO ORÇADO / ATUALIZADO

Cabe ressaltar neste demonstrativo que o valor autorizado inicial (orçamento aprovado para 2025) foi de R\$ 19.851.000,00, estes valores podem ser observados na Lei Municipal nº 3408/2024, publicada no Diário Oficial do Município em 17/12/2024, Ano XIX- Edição nº 3983.

Após o fechamento da receita efetivamente realizada do exercício de 2024, contatou-se que o valor do duodécimo total para 2025 seria no montante de R\$ 20.207.519,41, valor esse devidamente repassado ao Legislativo.

OBRIGAÇÕES PATRONAIS

RPPS

Considerando que no ano de 2025, a Câmara Municipal de Itapemirim, manteve 01 (um) Convênio de Cooperação Técnica para Cessão de Servidor Público Efetivo, é de fácil percepção que os valores correspondentes à Previdência Patronal deste servidor cedido foram devidamente reconhecidos e recolhidos em sua totalidade, no montante de R\$ 31.367,41 (trinta e um mil, trezentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos).

Não obstante, tendo por base a orientação que consta no Parecer/Consulta TC-009/2017, após o cessionário providenciar o ressarcimento devido, a contabilidade da CMI realizou as devidas anulações.

Nesse sentido a orientação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, por meio do Parecer/Consulta TC-009/2017, que trata sobre GASTOS COM SERVIDOR CEDIDO, estabelece que:

“... o ente cedente deve **empenhar e executar** as despesas de pessoal **normalmente**. Após o recebimento do **ressarcimento realizado** pelo ente cessionário, o cedente **deverá anular as despesas e os empenhos** correspondentes em seus registros.”

Para melhor esclarecimento, ao analisar a conta contábil 2.1.1.4.2.01.00 — Contribuição a Regime Próprio de Previdência (RPPS), em 31/12/2025, verifica-se que esta Câmara reconheceu e recolheu o montante de **R\$ 619.221,20** (Seiscentos e dezenove mil, duzentos e vinte e um reais e vinte centavos), referente a soma **R\$ 581.274,72** (quinhentos e oitenta e um mil, duzentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos) **de Previdência Patronal RPPS, R\$ 6.579,07** (seis mil, quinhentos e setenta e nove reais e sete centavos) **de Previdência Patronal RPPS – ref. Servidor Cedido pela PMI e R\$ 31.367,41** (trinta e um mil, trezentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos), **referente anulações de RPPS de servidor cedido**, conforme comprovado no demonstrativo previdenciário mensal dos valores patronais dos servidores efetivos.

Estas rubricas (contribuição previdenciária) e o seu devido recolhimento devem ser efetuados (como ocorreu) até o quinto dia útil do mês subsequente, de acordo com o que preceitua o artigo 18, da lei Municipal nº 2.539/11.

Atendendo à referida Norma, conforme os demonstrativos contábeis, esta Câmara Municipal reconheceu o referido valor e, efetivou o devido recolhimento, o que de fato, repita-se, foi realizado.

Diante do que foi exposto, resta comprovado que, somando-se o valor constante no Arquivo BALEXOD, da PCM em 31/12/2025, e os valores anulados referente ao servidor cedido. A planilha ficaria da seguinte forma:

Tabela 6 - Contribuições Previdenciárias – Patronal

Valores em reais

Regime de Previdência	BALEXOD (PCM)			FOLHA DE PAGAMENTO (PCF)	% Registrado (B/D*100)	% Pago (C/D*100)
	Empenhado (A)	Liquidado (B)	Pago (C)	Devido Exercício (D)		
RPPS	612.642,13	612.642,13	612.642,13	612.712,62	99,99	99,99

Itapemirim – ES, 16 de março de 2026.

Atenciosamente,



Tiago Faria Leal
Vereador-Presidente
Biênio 2025/2026

**CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAPEMIRIM**
PODER LEGISLATIVO

Suellen Garcia da Fonseca Tulli
Gerente Contábil
CRC nº 019124/O